



República Democrática de Timor-Leste

Orçamento Geral do Estado para 2021

Panorama Orçamental

Livro 1

Aditamento - Março 2021

Introdução

O Orçamento Geral do Estado para 2021 foi aprovado pela Lei n.º 14/2020, de 29 de dezembro.

Aquando da preparação da proposta de lei do Orçamento Geral do Estado para 2021, a pandemia da COVID-19 em Timor-Leste encontrava-se numa situação estabilizada, com um total de 26 casos positivos detetados entre 21 de março e 20 de agosto de 2020.

O estado de emergência declarado inicialmente em 28 de março mantinha-se no final do ano, mas dirigido essencialmente ao controlo das fronteiras externas, sendo que as medidas de confinamento e encerramento da atividade comercial já tinham deixado de vigorar.

Deste modo, as perspetivas económicas apontavam para a recuperação, com um crescimento do PIB real não petrolífero em 2021 de 3,9%, após de uma contração de 6% em 2020.

Para isso, contribuiu o aumento da atividade económica e da circulação de massa monetária verificada no final de 2020, em resultado da aprovação do Orçamento Geral do Estado para 2020 e das medidas de apoio aprovadas pelo Governo, nomeadamente a atribuição de um subsídio aos *Uma Kain* (que abrangeu 298.495 famílias), a atribuição de um apoio às empresas e trabalhadores para proteção do emprego, a instituição de uma moratória de crédito, a atribuição de pulsa de eletricidade e internet, a suspensão do pagamento de contas da água e rendas de imóveis públicos, a criação de um incentivo à retoma da atividade das empresas e a atribuição de uma cesta com produtos básicos de alimentação e higiene a toda a população.

Esta perspetiva positiva foi confirmada pelas instituições financeiras internacionais, nomeadamente o Fundo Monetário Internacional, que no seu *World Economic Outlook* de outubro de 2020 estimava um crescimento do PIB de Timor-Leste de 4% em 2021.

Porém, no início de 2021 assistiu-se a uma agravar da pandemia da COVID-19 em todo o mundo e à readoção das medidas restritivas aplicadas ao longo de 2020.

No mesmo sentido, em Timor-Leste observou-se, no início do ano, um aumento súbito do número de casos positivos de COVID-19 e o aparecimento dos primeiros sinais de transmissão comunitária em Díli, Covalima e Baucau, o que levou à adoção de medidas de encerramento das fronteiras externas, confinamento e encerramento do comércio não essencial.

Estas medidas, similares às adotadas no final de março de 2020, deverão ter um impacto substancial na atividade económica e no emprego.

Panorama económico

As previsões económicas revistas indicam que a redução do PIB em 2020 foi superior ao esperado, com o PIB real não petrolífero a contrair 7,6% devido ao efeito combinado do atraso na aprovação do Orçamento Geral do Estado, da incerteza política, da pandemia da COVID-19 e do estado de emergência.

Em 2021 o PIB deverá voltar a crescer, mas de forma mais lenta do que inicialmente previsto, com uma taxa de 2,0%, suportado pelo aumento da despesa pública. Este valor é uma revisão em baixo da previsão anterior de 3,5% devido ao impacto económico continuado da Covid-19 e das medidas de confinamento.

Tabela 1: Indicadores económicos, 2020-2022, %

Indicador	Previsão					
	2020*	2020**	2021*	2021**	2022*	2022**
PIB Real (não petrolífero)	-0,6%	-7,6%	3,9%	2,0%	2,5%	2,9%
Inflação IPC	0,7%	0,1%	2,1%	0,5%	2,7%	1,1%

Fonte: Ministério das Finanças *Previsão OGE2021 (outubro 2020) **Previsão atualizada (março 2021)

Contudo, espera-se que o PIB venha a acelerar em 2022, com uma taxa de crescimento de 2,9%, quatro décimas acima das previsões de outubro de 2020.

O crescimento do PIB em 2021 será impulsionado pelo aumento da despesa pública, suportado pelos investimentos incluídos no Programa de Recuperação Económica, bem como pelas medidas de apoio incluídas na proposta de alteração do Orçamento Geral do Estado para 2021.

Contudo, a confirmação das previsões dependerá da progressão da pandemia da COVID-19 em território nacional e da duração das medidas de confinamento.

Figura 1: Taxa de crescimento do PIB real não petrolífero (%) e valor bruto (US \$m)



Fonte: Contas Nacionais de Timor-Leste entre 2000 e 2018, Ministério das Finanças, 2021

A inflação deverá permanecer baixa e estável em 2021, com uma taxa de 0,5%. Isso irá contribuir positivamente para aumentar a competitividade de Timor-Leste, com a inflação esperada a ser inferior à média regional, e também para aumentar o consumo das famílias.

Novas medidas

A proposta de alteração do Orçamento Geral do Estado para 2021 prevê as dotações orçamentais para aumentar a capacidade de prevenção e combate à COVID-19, bem como para financiar um conjunto de medidas para mitigar o impacto económico pandemia.

Assim:

- US \$34,5 milhões visam a aquisição de vacinas, de equipamento de proteção individual, de mais material para testes e tratamento dos doentes internados, bem como, a construção e arrendamento de novos locais de isolamento e quarentena e aumento de capacidade dos locais existentes;
- US \$45,3 milhões visam financiar a medida de apoio ao emprego que pretende evitar uma redução substancial e abrupta do rendimento dos trabalhadores, atribuindo um subsídio extraordinário aos trabalhadores por conta de outrem, aos trabalhadores por conta própria, aos empresários em nome individual, aos trabalhadores do serviço doméstico e aos gerentes e administradores, bem como aos trabalhadores inscritos na Segurança Social e que já tenham realizado contribuições mas que tenham, entretanto, perdido o emprego. É ainda prevista a dispensa do dever de pagamento das contribuições sociais da responsabilidade dos trabalhadores e das entidades empregadoras, bem como são instituídos subsídios extraordinários para comparticipação dos custos com eletricidade e rendas;
- US \$5 milhões visam financiar a moratória de crédito para aliviar os devedores dos custos com a amortização de empréstimos, diferindo por nove meses o vencimento das obrigações de restituição de capital, e estabelecendo a comparticipação do Estado no pagamento dos juros;
- US \$16,7 milhões visam financiar o Centro Integrado de Gestão de Crises, bem como as operações de prevenção e mitigação de COVID-19 por este coordenadas;
- US \$12 milhões visam permitir ao Centro Logístico Nacional adquirir produtos alimentares a produtores nacionais e distribuí-los às pessoas e famílias mais carenciadas, através das estruturas de apoio já existentes;
- US \$5,4 milhões visam financiar a atribuição de pulsa para a internet aos estudantes afetados por medidas de confinamento para que possam beneficiar de ensino à distância enquanto estas se mantiverem;

- US \$ 51,9 milhões visam financiar o suplemento aos trabalhadores da linha da frente;
- US \$32,4 milhões visam concluir os pagamentos relacionados com o programa Cesta Básica.

O aumento da despesa prevista na proposta de alteração do Orçamento Geral do Estado para 2021 é de US \$ 135,3 milhões.

O aumento da despesa é concentrado no aumento da dotação do Fundo COVID-19, o qual foi criado pelo Parlamento Nacional, através da Lei n.º 2/2020, de 6 de abril, Autorização para a Realização de uma Transferência Extraordinária do Fundo Petrolífero, com a finalidade de financiar as despesas relacionadas com a prevenção e o combate à doença COVID-19.

A dotação do Fundo COVID-19 no Orçamento Geral do Estado para 2021 é de US \$31,0 milhões, distribuídos por Bens e Serviços com US \$23,9 milhões, Transferências Públicas com US \$3,5 milhões, e Capital de Desenvolvimento com US \$3,6 milhões.

A proposta de alteração do Orçamento Geral do Estado para 2021 aumenta a dotação do Fundo COVID-19 em US \$223,8 milhões.

De referir que a dotação orçamental do Fundo COVID-19 já tinha sido aumentada em 2021 por alterações orçamentais da competência do Governo em resultado de realocações entre títulos com origem em vários ministérios, no montante de US \$39,1 milhões, alterações que são incorporadas na proposta, visto terem impacto na dotação do Fundo COVID-19.

Deste modo, a dotação orçamental do Fundo COVID-19 apresentada na proposta ascende a US \$293,9 milhões.

Financiamento

O aumento da dotação do Fundo COVID-19 é financiado pela realocação de dotações orçamentais entre títulos a partir das Dotações para Todo o Governo e do Fundo das Infraestruturas, bem com pela inscrição de saldos de gerência não inscritos no Orçamento Geral do Estado para 2021, mas apurados no final do exercício orçamental de 2020, após a aprovação do Orçamento.

Quanto à realocação de dotações orçamentais, são transferidos para o Fundo COVID-19 um total de US \$88,5 milhões:

- São transferidos US \$62 milhões do Fundo de Infraestrutura relativos a um conjunto de projetos programados para este ano, mas cuja implementação foi afetada pelas medidas de prevenção e combate ao COVID-19, bem como a reduções de custos de manutenção, sendo de realçar a redução em Equipamentos de TIC, no valor de US \$29,5 milhões, e em Estradas;

Aeroportos e Tasi Mane, no valor de US \$10,0 milhões, US \$6,3 milhões e US \$5 milhões, respectivamente.

- São transferidos US \$26,5 milhões de Dotações para Todo o Governo relativos a reduções em Viagens ao Estrangeiro, no valor de US \$1,5 milhões, e nas dotações para capitalização do BNCTL e do BCTL, no valor de US \$22 milhões, US \$5 milhões, respectivamente.

Quanto à inscrição de saldos de gerência não inscritos no Orçamento Geral do Estado para 2021, mas apurados no final do exercício orçamental de 2020, após a aprovação do Orçamento, são transferidos para o Fundo COVID-19 um total de US \$135,3 milhões:

- São inscritos em «Saldo para financiamento da Despesa» US \$88,8 milhões que estavam inscritos em Receita da Administração Central mas inscritos em «Saldo não utilizado em 2021», permitindo, assim, a sua utilização;
- São, também, inscritos em «Saldo da Conta do Tesouro» US \$7,5 milhões devolvidos ao Tesouro pelo Instituto Nacional de Segurança Social relativos a saldo de transferências do Orçamento da Administração Central para pagamento do Subsídio para Idosos de anos anteriores mas não utilizado (por falecimento do beneficiário, erro nos dados, não reclamação do subsídio, etc.);
- São, ainda, inscritos em «Saldo da Conta do Tesouro» US \$39 milhões de saldo do Fundo COVID-19 relativo a verbas para financiamento das medidas de apoio ao emprego (US \$35 milhões) e de moratória de crédito (US \$4 milhões) em 2020, mas não executadas, e devolvidas pelo Instituto Nacional de Segurança Social e pelo BCTL, respectivamente.

Deste modo, não se torna necessário um aumento do montante da transferência do Fundo Petrolífero para o Orçamento Geral do Estado, pelo que não é prevista nenhuma alteração a esse valor.

Tabela 2: Receitas e despesas do Orçamento Geral do Estado para 2021 (milhares de US dólares)

	OGE 2021	Alteração proposta	OGE 2021 alterado
DESPESA*	2,029.82	225.90	2,165.12
Administração Central	1.797.243	135.300	1.932.543
<i>Salários e Vencimentos</i>	<i>229.668</i>	<i>-</i>	<i>229.668</i>
<i>Bens e Serviços</i>	<i>395.032</i>	<i>178.171</i>	<i>573.204</i>
<i>Transferências Públicas</i>	<i>695.932</i>	<i>20.242</i>	<i>716.174</i>
<i>Capital Menor</i>	<i>58.718</i>	<i>(3.663)</i>	<i>55.054</i>
<i>Capital de Desenvolvimento</i>	<i>417.894</i>	<i>(59.450)</i>	<i>358.444</i>
RAEOA	127.000	-	127.000
Segurança Social	177.579	-	177.579
RECEITA*	2.199.055		2.245.555
Administração Central			
Receita	1.886.043	46.500	1.932.543

Receita para financiamento da despesa	1.797.243	135.300	1.932.543
Transferências do Fundo petrolífero	1.377.568	-	
<i>Rendimento Sustentável Estimado</i>	<i>547.873</i>	<i>-</i>	<i>547.873</i>
<i>Transferência Superior ao Rendimento Sustentável Estimado</i>	<i>829.695</i>	<i>-</i>	<i>829.695</i>
Receitas Tributárias	173.176	-	173.176
Receitas Próprias	8.072	-	8.072
Doações, heranças e legados	9.100	-	9.100
Rendimentos	8.628	-	8.628
Saldo de Gerência	238.800	46.500	285.300
<i>Saldo da Conta do Tesouro</i>	<i>238.800</i>	<i>46.500</i>	<i>285.300</i>
<i>Saldo para financiamento da despesa</i>	<i>150.000</i>	<i>135.300</i>	<i>285.300</i>
<i>Saldo não utilizado em 2021</i>	<i>88.800</i>	<i>(88.800)</i>	<i>0</i>
Empréstimos	70.700	-	70.700
Outras	0	-	0
RAEOA	207.430		207.430
Segurança Social	177.579		177.579

Fonte: Ministério das Finanças 2021 *Valores consolidados